



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

LILIAN KELLY OLIVEIRA AMORAS

**DIFICULDADES DE QUILOMBOLAS APROVADOS NO PROCESSO
SELETIVO ESPECIAL DA UFPA CASTANHAL EM
PERMANECER/CONCLUIR O CURSO**

CASTANHAL - PA
2018

LILIAN KELLY OLIVEIRA AMORAS

**DIFICULDADES DE QUILOMBOLAS APROVADOS NO PROCESSO
SELETIVO ESPECIAL DA UFPA CASTANHAL EM
PERMANECER/CONCLUIR O CURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Pedagogia do Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, sob orientação do Professor Doutor Assunção José Pureza Amaral.

CASTANHAL-PA

2018

LILIAN KELLY OLIVEIRA AMORAS

**DIFICULDADES DE QUILOMBOLAS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
ESPECIAL DA UFPA CASTANHAL EM PERMANECER/CONCLUIR O CURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito necessário para obtenção de grau em Licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Professor Doutor Assunção José Pureza Amaral.

Prof^a Dr. Assunção José Pureza Amaral – UFPA - Campus Castanhal
(Orientador)

Prof. Dr. Sergio Bandeira do Nascimento
(Membro)

Prof. Msc. José Rodrigo Pontes dos Santos
(Membro)

Conceito: _____

Castanhal: ____ de abril de 2018.

Dedico este trabalho à minha mãe Divanice Oliveira (*In memoria*), ao meu pai João Batista, à minha madrinha Kelly Mere, à minha tia Roseli Oliveira e à minha madrasta Maria da Conceição.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado forças para seguir firme e forte, pois ele é minha fonte de fé e ao qual eu agradeço por tudo que tenho, por todas as dificuldades que passei e sei que aprendi com todas elas. Sem ele eu nada seria.

A minha mãe Divanice Oliveira (*In memória*), eu prometi que ia tentar até o fim e ser tudo o que você planejou de mais bonito para mim, por todas as vezes que chorei foi por você que eu chamei para me dar colo e eu sinto que estás sempre presente, em todos os momentos, quando todos me deixaram sozinha, foi você que ficou presente. Te amarei eternamente!

Ao meu pai João Batista Amoras, minha madrasta Maria da Conceição, minha madrinha Kelly Mere e a tia Roseli Oliveira, que sempre me ajudaram da forma que podiam, me aconselhavam e apoiavam nas minhas decisões mesmo sabendo que poderia dar errado, pelos conselhos inacabáveis. Obrigada!

Um agradecimento mais que especial e eterno, ao meu grande amigo e Professor Juracy Cruz, que me deu força, incentivou, se estressou, ficou noites em claro, me acompanhou na UFPA e sempre disposto a me ajudar, sem você eu não teria conseguido, fostes peça principal, só nós sabemos o que eu vivi e mesmo assim queria continuar até quando eu já havia chutado o pau da barraca, nem todas as palavras do mundo seriam suficientes para te agradecer. Te amo, Juju (Laura).

A Fernanda Costa que deu sua mais sincera contribuição, fez parte da minha trajetória acadêmica e também pude compartilhar de maravilhosos momentos enquanto fui voluntária do LAAB, a Veronica Moreira que sempre acreditou em mim e na minha força de vontade para vencer na vida e sempre buscou me incentivar e não desistir dos meus sonhos, te amo minha “nojenta”.

Ao Professor Rodrigo Santos que sempre me ajudou, pela disponibilidade e paciência que teve nas vezes em que eu pedi sua ajuda. Obrigada!

Aos grandes amigos que de longe me apoiavam e ajudavam de alguma forma, pelas brigas e amores na mesma intensidade, Naza Maia que sempre que pode esteve disponível para me ajudar, Cleidinei Everto, Giovanni Vasconcelos, Augusto Reis (o cara mais fera que conheci, um amigo), Suane Porpino com os conselhos e conversas mais sensatas que poderiam existir, José Roberto o nerd da minha vida, Tatiane Barros minha amiga de alma, Arthur Magno por toda força que ele dava de longe e acreditava que eu ia conseguir, Geisiellen Silva que ainda me aguarda em Curitiba, Kaito Lopes que sempre me chamou de

estressada e mesmo assim continuou do meu lado e ajudando muito e quando eu falava que não queria mais saber de nada ele continuava insistindo para que eu não parasse, as minhas comadres Jadielle Silva e Itamara de Paula, meus compadres Altemir Reis e Francisco Paixão, aos amigos que não citei o espaço é pouco perto do meu amor por vocês, sempre estarão no meu coração e viverão para sempre na minha memória, sou grata a todos.

A família Barbosa que me acolheu com todo amor e estresse, em especial a Thais Bazilio que apesar de todas as brigas sempre se dispôs a me ajudar, me deu força para não desistir e me deu colo quando precisei, te amo amiga, para sempre.

A Professora Dra. Debora Alfaia, foi um anjo na minha vida, me aconselhou e chamou atenção sempre que foi possível, me fez repensar por várias vezes o porquê de estar ali e não desistir tão fácil, por ser um exemplo que eu gostaria muito de seguir, ela sempre foi uma mãezona.

Ao Nilton Monteiro por toda sua paciência e amizade que dedicou ao longo da minha graduação, por me aguentar e se dispor a ajudar, por ter feito eu sorrir nos dias em que eu só queria chorar e desistir de tudo, até pelas ameaças caso eu desistisse do tcc (agora é tua vez). Por compartilhar das minhas aflições e em alguns casos ser meu “psicólogo”, por me apoiar e incentivar. Te adoro, e obrigada por tudo!

Aos meus afilhados Kaio Fred e Arlianne Kemilly, por terem uma madrinha ausente e que precisava estudar, foi por uma boa causa, eu amo imensamente cada um.

Aos professores e técnicos da Universidade Federal do Pará campus Castanhal em especial a Faculdade de Pedagogia por todo conhecimento compartilhado e amizades conquistadas.

Ao professor Dr. Assunção Amaral, foi um amigo que me ensinou, deu oportunidades e compartilhou experiências maravilhosas, obrigada por toda paciência que teve comigo, sei que sou muito estressada, mas no fundo do coração eu sou um amor. Gratidão sempre!

Aos meus amigos quilombolas, em especial a Professora Leila, Seu Manoel Reis, Dona Francisca, Raimunda e a professora Elayne Trindande, me ensinaram e me acolheram sempre da melhor maneira possível. Aos participantes desta pesquisa que se disponibilizaram a ajudar de forma cordial e amigável. Meus sinceros agradecimentos.

Ao Programa Universidade no Quilombo e a todos os bolsistas e voluntários que passaram por ele no decorrer dos 4 anos e 3 meses que participei como bolsista e ao Projeto Ludicidade Africana e Afro-Brasileira (LAAB), foram de suma importância para minha formação profissional e pessoal.

“Os sonhos de Deus são maiores que os teus
Tão grandes que nem pode imaginar
Não desanime filho eu vim te consolar
Nas minhas promessas volte a acreditar,
Os sonhos de Deus são maiores que os teus
Por isso vale a pena acreditar
O dia está chegando eu vou te renovar,
Na minha presença tu vais prosperar.”

(Preto no branco: os sonhos de Deus, 2015, trecho de uma música)

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: “Dificuldades de Quilombolas Aprovados no Processo Seletivo Especial da UFPA Castanhal em Permanecer/Concluir o Curso”, encerra um primeiro ciclo de estudos sobre populações quilombolas desenvolvidos durante meu curso de graduação e enquanto bolsista do Programa Universidade no Quilombo - UFPA sob coordenação do Prof. Dr. Assunção Amaral. Intenciona-se com a elaboração desse trabalho promover a comunidade docente/discente assim como as comunidades remanescentes quilombolas a oportunidade de entender e compreender as peculiaridades no que tange a questão das dificuldades encontradas pelos alunos oriundos de tais comunidades que são aprovados no Processo Seletivo Especial da UFPA Castanhal em Permanecer/Concluir o curso de graduação. Tem como objetivo geral, buscar meios para explicar as dificuldades de permanecer/ concluir o curso de graduação dos alunos quilombolas aprovados no processo seletivo especial para quilombolas na universidade. Para atingir os objetivos da investigação optou-se como delineamento de pesquisa, o estudo de Casos descritivo, centrado em um caso particular, de seis alunos sobre o Processo Seletivo Especial quilombola (PSE) aprovados no segundo semestre de 2012 a 2017 ingresso no ano seguinte por meio da resolução nº 4.309 que reservou 2 vagas por (acrécimo) a alunos quilombolas. Para tanto realizei uma análise qualitativa dos dados, coletados a partir de uma entrevista, realizada no mês de janeiro, fevereiro e início de março de 2018, com seis alunos aprovados no Processo Seletivo Especial quilombola (PSE). Os resultados apontam a percepção dos entrevistados com o avanço das políticas de ações afirmativas que os possibilitam adentrar e permanecer no ensino superior apesar das dificuldades que podem surgir, porém a discriminação racial dentro da Universidade ainda é algo a ser trabalhado com todos os alunos da instituição.

Palavras-chave: Educação Etnicorracial; PSE-Quilombola; Dificuldade de Permanece/Concluir.

LISTA DE IMAGEM E QUADROS

| | |
|---|----|
| IMAGEM 1: Estrutura organizacional do Campus Universitário de Castanhal..... | 21 |
| QUADRO 1: Perfil Dos Participantes..... | 27 |
| QUADRO 2: Sexo- Cor/Raça..... | 30 |

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

PSE - O Processo Seletivo Especial

LAAB - Projeto Ludicidade Africana e Afro-brasileira

GEPINTE - Grupo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade e Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Pará

PBP - Programa de Bolsa Permanência

ONU - Organizações das Nações Unidas

UFPA- Universidade Federal do Pará

UEPA- Universidade do Estado do Pará

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFPA - Instituto Federal do Pará

UFRA- Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| SEÇÃO I - INTRODUÇÃO..... | 12 |
| SEÇÃO II - PSE QUILOMBOLA DA UFPA | 15 |
| SEÇÃO III - DISCUSSÃO TEÓRICA..... | 20 |
| SEÇÃO IV- ANÁLISE DOS DADOS | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 38 |
| APÊNDICES..... | 43 |

SEÇÃO I - INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) encerra um primeiro ciclo de estudos sobre populações quilombolas desenvolvidos durante meu curso de graduação, tendo como objetivo geral, buscar meios para explicar as dificuldades de permanecer/ concluir o curso de graduação dos alunos quilombolas aprovados no processo seletivo especial para quilombolas na universidade. Esse processo seletivo especial nada mais é do que um processo seletivo que tem como objetivo o preenchimento de vagas que são reservadas para indígenas e remanescentes quilombolas, assunto esse que será exposto mais adiante. Esse trabalho também irá expor as dificuldades enfrentadas pelos alunos quilombolas aprovados no processo seletivo especial e como esses estudantes buscam superar esses desafios até o período final do seu curso.

Para dar fundamentação ao trabalho, utilizei do Processo Seletivo Especial Quilombola dos anos de 2012 a 2017 e os alunos quilombolas na Universidade Federal do Pará Campus Castanhal, com base nisso analisar quais as formas utilizadas por esses alunos para permanecer/concluir os cursos de graduação ao qual eles estão inseridos, e também com base nas políticas de ações afirmativas e com foco nas cotas raciais. Objetivos específicos:

- Identificar as dificuldades de acesso desses alunos quilombolas até o ingresso à universidade;
- Analisar as dificuldades na trajetória dos quilombolas na Universidade Federal do Pará UFPA Castanhal;
- Compreender como os estudantes quilombolas respondem a essas dificuldades.

O interesse em fazer essa pesquisa surgiu a partir do meu engajamento como voluntária de um Programa de extensão existentes no Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará (UFPA). O Projeto em questão é o Ludicidade Africana e Afro-Brasileira (LAAB), coordenado pela professora Dra. Débora Alfaia da Cunha, da Faculdade de Pedagogia. De acordo com Cunha (2011) o mesmo teve início em meados de 2011, com o intuito de propagar por meio da Ludicidade os valores afro-civilizatórios, em um público diversificado, inicialmente dentro da própria universidade com alunos e professores das faculdades da UFPA Castanhal. Com o tempo o projeto já estava engajado em escolas públicas e privadas da cidade, assim também, com diversas ações promovidas por entidades e órgãos, como Centro de Referência da assistência Social e comunidades quilombolas.

Esta pesquisa passou a ser elaborada a partir de uma inquietação que surgiu em mim quando era bolsista do *“Programa Universidade no Quilombo: exercício de*

responsabilidade, recriação e ressignificação do ambiente” de março de 2014 a dezembro de 2017; a partir da minha vivência como discente ficava imaginando como os meus colegas quilombolas enfrentavam as dificuldades para permanecerem estudando, por morarem “longe” de onde o Campus se localiza e como eles conseguiam permanecer na graduação.

A partir daí e como discente eu frequentava bastante o Campus em horários para além das aulas, e eu não consegui perceber os meus colegas Quilombolas pela Universidade, causando curiosidade em saber se esses alunos possuem dificuldades em permanecer estudando e quais seriam? De que forma eles conseguem resolvê-las? Entre outras situações que serão expostas no decorrer do trabalho e serão elaboradas na entrevista

O LAAB promove jogos de tabuleiros, brincadeiras circulares e afins, rodas de literatura e formações sobre Ludicidade na educação para cumprimento da Lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório a inclusão da temática africana e afro-brasileira nas escolas, atualmente o projeto conta com um grupo de estudo chamado Grupo de estudo e pesquisa em Interculturalidade e Educação - GEPINTE que se estende para além dos estudos africanos, abordando outras culturas e suas relações, e o Programa Universidade no Quilombo: Exercício de responsabilidade, recriação e ressignificação do ambiente, coordenado pelo professor Dr. Assunção José Pureza Amaral, que possui várias atividades como formação de professores; oficinas; realizações de seminários e roda de conversa, que são organizadas por todos os bolsistas com a participação de voluntários e parceiros, tanto no Campus Universitário de Castanhal quanto em escolas de diversos municípios.

No ano de 2014 engajei como bolsista no “*Programa Universidade no Quilombo: exercício de responsabilidade, recriação e ressignificação ambiente*”. Este programa é formado por sete projetos (AMARAL, 2014), sendo eles: “*Intercâmbio quilombolas-universidade; Histórias, memórias e meio ambiente quilombolas; Cine-Quilombola: “Maleta Infância” e “Cor da Cultura”*”; *Apoio ao Processo Seletivo Especial Quilombola; Educando e Aprendendo com Recursos Naturais Quilombolas e o Projeto Universidade e Diversidade: Pedagogia para as relações étnico-raciais*”, o Programa tem como objetivo realizar formações para professores e discentes de vários cursos, possibilitar intercâmbios universidade-quilombo, acompanhar o Processo Seletivo Especial Quilombola desde a divulgação do edital até o resultados dos alunos quilombolas aprovados, podendo então, trabalhar de forma mais direta com o PSE Quilombola (AMARAL, 2014). A partir da minha participação no programa surgiram inquietações a respeito de como estes alunos ingresso por meio do PSE faziam para permanecerem estudando, a partir dessas participações como voluntária no Programa citadas anteriormente, pude conviver mais com esses alunos

quilombolas, escutando seus relatos a respeito de como se dava o processo de escolarização dele e das queixas em relação ao transporte escolar.

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico que consistiu em um estudo de revisão de literatura, tipo estado da arte, que verificou um corpo de conhecimento relativo a esta temática. Estudos sobre o estado da arte são de caráter exploratório e contribuem para a sistematização e avaliação da produção em determinada área do conhecimento e num período previamente estabelecido (MEGID NETO, 1999). O referido trabalho consiste em uma pesquisa de campo, bibliografia e documental que objetiva obter informações sobre um determinado problema para o qual se procura uma resposta ou verificar a veracidade de uma hipótese. Dessa forma é necessário que o pesquisador observe os fatos ou fenômenos já pré-estabelecidos como sendo relevantes para a pesquisa e que estejam acontecendo de maneira espontânea (MARCONE; LAKATOS, 2009).

O presente trabalho possui características qualitativas em que a análise qualitativa dos dados busca “[...] uma síntese unificadora do conhecimento” (BAPTISTA, 1999, p. 34). Gamboa (1987) afirma que este tipo de pesquisa dá maior visibilidade à produção e permite uma reflexão crítica sobre a mesma facilitando o acesso e a utilização de experiências já realizadas.

A técnica da pesquisa utilizada foi à entrevista semiestruturada, que combinam perguntas abertas e fechadas. Segundo Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002), é um “recurso utilizado para obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”. A mesma segue um roteiro previamente estabelecido de forma que consiga almejar o objetivo geral da pesquisa, extraindo assim informações sobre Dificuldades de quilombolas aprovados no processo seletivo especial da UFPA Castanhal em permanecer/concluir o curso. Foi realizada com seis alunos aprovados no Processo Seletivo Especial Quilombola no período de 2012 a 2017. A razão da delimitação do período escolhido objetivou também analisar como esse processo evoluiu ao longo dos anos.

As vantagens desse tipo de pesquisa e poder atribuir um tempo maior para a duração das respostas, indo mais profundamente sobre o assunto; aproxima entrevistado e entrevistador, evitando certos constrangimentos na hora das respostas, em alguns casos de não compreenderem a pergunta em questão.

Os relatos da entrevista foram analisados tomando como parâmetro a técnica de análise de conteúdo, que segundo Moraes (1999) em seu livro “*Análise de Conteúdo*”, é uma metodologia de pesquisa que é usada para descrever e interpretar conteúdos de documentos e

textos em um nível muito além de uma leitura comum, as etapas desenvolvidas constituíram-se de: livros, artigos, legislações, decretos, editais, cartilhas dentre outros.

A pesquisa foi realizada no município de Castanhal (na UFPA - Universidade), que fica aproximadamente 70 km de Belém, capital do Pará; localizado na região Nordeste do Estado e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua pesquisa mais recente possui uma população estimada de 195.253 habitantes de acordo com o censo de 2017, possui Três Universidades: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e um Instituto Federal do Pará (IFPA), Universidades Públicas; sendo o Campus Universitário de Castanhal – UFPA dividido em dois polos, um que fica localizado no bairro da Saudade II e o outro no bairro do Jaderlândia, este último foi utilizado como local da pesquisa, por ser de fácil acesso para os entrevistados, uma vez que os mesmos estudam na Universidade que fica nesse bairro, já que os transportes para ir até as comunidades não são de fácil acesso (IBGE, 2017).

Um primeiro contato com os alunos remanescentes quilombolas selecionados para a entrevista foi realizado dentro do Campus Universitário de Castanhal, para poder fazer um levantamento de alunos quilombolas matriculados. Contudo, essa pesquisa não pode ser levada adiante porque agora as matrículas não são realizadas via faculdade e sim pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), um sistema sediado na UFPA Campus Guamá-Belém; a forma que eu poderia ter a contribuição das faculdades seria informando se os nomes dos aprovados no PSE Quilombolas estavam ativos no sistema. Com isso tive que partir para a busca nas listas de aprovados desde o ano 2012 a 2016, e indo a campo pesquisar nas salas de aula.

A partir daí, conversei e apresentei a proposta da pesquisa, para que os entrevistados ficassem cientes do que eles estavam participando; em determinados momentos tive a notícia de que três possíveis participantes da entrevista haviam desistido dos seus cursos, um deles relatou a falta de tempo e outra pela dificuldade nas aulas, na compreensão da disciplina e por ter reprovado no semestre; tive também quem se recusasse a participar da entrevista, mesmo eu explicando sobre o sigilo que teria, ainda assim não obtive sucesso. Apresentei aos entrevistados o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, deixando claro que a participação deles era de forma voluntária, podendo desistir a qualquer instante, garantindo aos mesmos que a entrevista seria totalmente sigilosa, preservando totalmente sua identidade.

SEÇÃO II - PSE QUILOMBOLA DA UFPA

Através do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Pará (CONSEPE/UFPA) por meio da Resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012, devem ser ofertadas duas vagas a mais em cada curso de graduação para Quilombolas (UFPA, 2016).

O Processo Seletivo Especial (PSE) da Universidade Federal do Pará tem como objetivo o preenchimento de vagas que são reservadas para indígenas e remanescentes quilombolas. Os candidatos quilombolas concorrem em mais de 159 cursos de graduação da UFPA, porém, no Campus Castanhal o local onde foi realizada a pesquisa, são ofertadas em 11 cursos, distribuídas de acordo com a demanda de cada faculdade, podendo ser extensivo ou intensivo (este último realizado no período de janeiro a fevereiro e julho a agosto, de forma integral, manhã e tarde ao qual ocorre a reserva de 02 vagas em todos os cursos da instituição para esses alunos, sendo 02 para quilombolas e 2 para indígenas).

A inclusão desses alunos quilombolas deveria começar com um cursinho preparatório, que contribuiria em todas as etapas do PSE (redação e entrevista), possibilitando assim, maiores chances para aprovação. Muitos são reprovados nestas fases, onde na redação, sentem dificuldades gramaticais e na entrevista problemas em responder questionamentos, talvez pela pressão da fase e o nervosismo.

Desde o dia 09 de maio de 2013 o Programa de Bolsa Permanência (PBP), um auxílio financeiro do MEC para os alunos de comunidades tradicionais e em vulnerabilidade socioeconômica pudessem dessa forma evitar a evasão dessas instituições, com isso também estes discentes possam amenizar os gastos com material didático referente graduação no decorrer dos anos (BRASIL, 2013).

Contudo, não é suficiente, pois grande parte dos discentes quilombolas não tem acesso a essa bolsa permanência e/ou quando tem, o pagamento costuma atrasar em meses, de acordo com relato de estudantes que fizeram parte do Programa de Bolsa Permanência (PBP). Na Universidade existem bolsas de extensão, no qual normalmente são disponibilizadas algumas vagas, mas para os Quilombolas que moram distante dos seus respectivos Campus Universitários fica difícil ser bolsista de Projetos de extensão, pois é necessário que eles estejam em seu contra turno e 20 horas semanais para cumprir sua carga horária.

No município de Castanhal a inscrição para o PSE Quilombola da UFPA é realizada também por meio do Programa Universidade no Quilombo, um dos Projetos é chamado:

“Quilombola na Universidade: Apoia ao Processo Seletivo Especial Quilombola”, o mesmo existe desde 2012, a partir do qual inicialmente uma aluna foi aprovada no PSE. No decorrer das ações nessas comunidades: São Pedro (Município de Castanhal), Cacoal, Quatro Bocas, Itaboca e Pitimandeuá (Municípios de Inhangapi), realizamos encontros com os jovens quilombolas que estavam se preparando para o vestibular e focamos nas informações sobre o PSE Quilombola, de acordo com a disponibilidade dos alunos, realizamos aulas de redação, um dos itens avaliados no Processo Seletivo.

Como o Programa Universidade no Quilombo, e seus projetos, possui vários bolsistas, os mesmos são responsáveis em realizar as inscrições e o acompanhamento dos resultados de alunos aprovados em cada etapa. Como esses bolsistas têm mais fácil acesso à internet e têm mais informações em relação ao assunto, esse apoio aos vestibulandos quilombolas se dá por conta da ausência de computadores e rede internet, muitas vezes negadas por programas do governo.

O PSE - é dividido em duas etapas: A PRIMEIRA consiste em uma Prova de redação em língua portuguesa, com no mínimo 20 linhas e valendo uma pontuação de zero a dez a segunda corresponde a entrevista. Os alunos classificados na 1ª etapa devem apresentar os documentos solicitados no edital, na data e local para as entrevistas, em que devem obter uma pontuação de zero a dez. (UFPA, 2016).

A prova de redação e entrevistas é realizada em apenas algumas cidades do Estado do Pará, são elas: Abaetetuba, Altamira, Belém, Cametá, Castanhal e Soure. Os alunos devem apresentar quando aprovados uma declaração de pertencimento à secretaria do campus no qual o mesmo está concorrendo à vaga, assinada por três membros da Diretoria da Associação Quilombola, a prova para o PSE Quilombola é gratuita. (UFPA, 2016).

Uma parte desses novos alunos, remanescentes quilombolas, é oriunda de escolas públicas, que trabalham até o 5º ano com as classes multisseriadas, modalidade de ensino em que o professor trabalha na mesma sala de aula com vários anos do ensino fundamental simultaneamente, tento em vista atender os alunos com idades e níveis de conhecimentos diferentes, dessa forma, apresenta um déficit no ensino regular, tornando desse modo ainda mais difícil o acesso no nível superior.

Para os alunos quilombolas, o PSE vai muito além de ter uma graduação, e com isso um bom emprego; é a busca por superar a desigualdade social gerada por séculos de escravidão, podendo contribuir para a diminuição no índice de que a maioria dos jovens nem se quer consegue chegar ao ensino médio e muito menos ao nível superior (OLIVEIRA, 2017).

O Processo Seletivo Especial foi realizado na Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, no ano de 2012 para que os alunos pudessem começar no ano de 2013, este processo é voltado para quilombolas, indígenas e moradores do campo.

A Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, por meio dos alunos e suas respectivas faculdades, organizam eventos do tipo: seminários, rodas de conversas, encontros, jornadas de extensão, que contribui no desenvolvimento dos alunos que estão ingressando por meios do PSE-Quilombola, pelas cotas e a todos os outros discentes, tenham uma formação em relação ao ensino Étnico-Racial de forma positiva, atendendo uma necessidade na formação profissional e assim incluindo os quilombolas no ensino, apresentando a eles o grau de importância que todos possuem nessa sociedade, que apesar de racista, é uma sociedade criada a partir da diversidade e misturas de diversos povos (BRASIL, 2013).

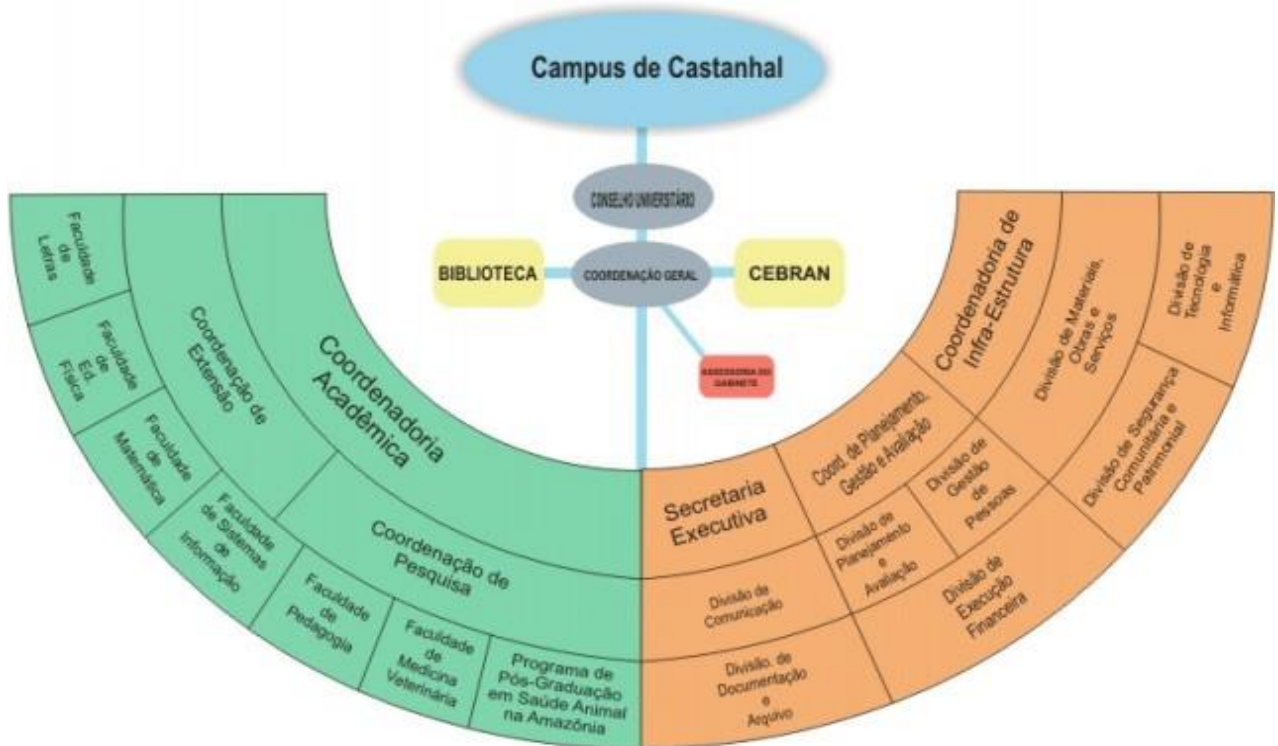
Os alunos quilombolas atendidos na UFPA Campus de Castanhal ou em qualquer outra instituição de ensino, matriculados em diversos cursos, precisam ter sua cultura preservada, como previsto pela Lei nº 9.394/1996, esta Lei é voltada para o ensino fundamental e médio, porém a instituição formadora é obrigada a discutir em sua formação pois dela sairão vários educadores para atuarem em diversas áreas de conhecimento Essa Lei propõe autonomia no projeto pedagógico, permitindo a contribuição das comunidades as quais o Movimento Negro também pode participar (BRASIL, 2013, p. 92).

“Art. 26ª da Lei nº 9394/1996, permite que se valham da colaboração das comunidades a que a escola serve, do apoio direto ou indireto de estudiosos e do Movimento Negro, com os quais estabelecerão canais de comunicação, encontrarão formas próprias de incluir nas vivências promovidas pela escola, inclusive em conteúdo de disciplinas, as temáticas em questão”.

No decorrer dos semestres letivos, o Projeto Ludicidade Africana e Afro-brasileira (LAAB) e o Programa Universidade no Quilombo da Universidade Federal do Pará Campus Castanhal realizam atividades para formação de professores. Oficinas diversificadas, porém se nota a ausência de grande parte dos discentes quilombolas, na UFPA, aprovados pelo PSE.

Vale ressaltar que apesar de serem realizadas as formações; que atendem um público variado, os alunos quilombolas não participam direto, em alguns casos conseguimos manter um contato com dois ou três alunos, sendo esses dos cursos de Licenciatura em Língua Portuguesa e/ou Pedagogia, havendo também vagas para alunos de outros cursos e áreas de conhecimento como Matemática; Sistemas de Informação e Engenharia da Computação, nos quais também tem alunos quilombolas estudando.

Com a Imagem abaixo nota-se a estrutura física da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal e também suas respectivas faculdades.



Fonte: Estrutura organizacional do Campus Universitário de Castanhal¹

¹ Fonte: https://campuscastanhal.ufpa.br/?page_id=178

SEÇÃO III - DISCUSSÃO TEÓRICA

A Constituição de 1988 torna evidente, no que tange o acesso e a permanência de alunos em instituições públicas devem se dar de forma igualitária, devendo assim existir liberdade no ato de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar pensamentos de forma positiva, respeitando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (BRASIL, 1988, p. 93).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Até o ano de 2018 as discussões em prol da igualdade racial têm se tornado frequente e o Movimento Negro tendo mais visibilidade nas suas lutas. Um dos exemplos de lutas alcançadas de forma positiva foi o do jurista Joaquim Barbosa Gomes, que ocupou uma vaga de ministro no STF - Supremo Tribunal Federal, tornando-se o primeiro e o único ministro negro no Brasil a assumir aquele cargo.

As políticas de ações afirmativas começaram a ter um espaço mais amplo nas Universidades públicas, em meados de 2001, por conta da pressão internacional, em relação a terceira Conferência Mundial contra o Racismo, que aconteceu em Durban, na África do Sul nos dias 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

De acordo com Gomes (2003) em seu artigo intitulado de “As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva”.

As ações afirmativas são definidas como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

Na compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e

pela sociedade. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, pois, visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, que tem como pano de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, aptas a inculcar nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (GOMES, 2003).

Já no que se refere sobre a questão das ações afirmativas Gomes (2003) ainda salienta que:

As ações afirmativas constituem, pois, um remédio de razoável eficácia para esses males. É indispensável, porém, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias, notadamente as minorias raciais. E mais: é preciso uma ampla conscientização sobre o fato de que a marginalização socioeconômica a que são relegadas as minorias, especialmente as raciais, resulta de um único fenômeno: a discriminação. Com efeito, a discriminação, como um componente indissociável do relacionamento entre os seres humanos, reveste-se inegavelmente de uma roupagem competitiva. Afinal, discriminar nada mais é do que uma tentativa de se reduzirem as perspectivas de uns em benefício de outros. Quanto mais intensa a discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que impedem o seu combate, mais ampla se mostra a clivagem entre discriminador e discriminado.

No ano de 2001 foi declarado o “ano Internacional de Mobilização contra o racismo, a discriminação racial, xenofobia e a intolerância conexa”, foram abordados vários assuntos com bases nos documentos das Organizações das Nações Unidas – ONU, direitos humanos e reunindo vários países e entidades que lutam contra esses tipos de situações. Ficando expostos alguns dos objetivos cruciais em forma de documento, assim como a importância para o mundo, como (BRASIL, 2007, p. 10):

“Problemas enfrentados pelas vítimas de tais flagelos (com particular destaque para as mulheres, pessoas de origem africana e asiática, povos indígenas, migrantes, refugiados e minorias nacionais) e medidas específicas para aliviar o seu sofrimento; Problema da discriminação múltipla; Importância da educação e sensibilização pública no combate ao racismo; Problemas particulares colocados pela globalização; Aspectos positivos e negativos das novas tecnologias; Importância da recolha de dados, da pesquisa e do desenvolvimento de indicadores no domínio da discriminação;

Previsão de medidas destinadas a garantir a igualdade nas áreas do emprego, da saúde e do ambiente; Importância de garantir o acesso das vítimas a vias de recurso eficazes e de assegurar a sua reparação pelos danos sofridos; Papel dos partidos políticos e da sociedade civil, nomeadamente ONG e juventude, na luta contra o racismo” (Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa, 2007, p. 10).

A Lei de nº10.558/2002, e regulamentado um ano depois pelo Decreto 4.876, de 12 de novembro de 2003, criou no ano de 2002, o “Programa Diversidade na Universidade”, criou foi criado com a finalidade de desenvolver estratégias, e essas tais fossem implementadas de forma que os grupos menos favorecidos (índios e quilombolas) historicamente viessem a ter acesso ao ensino superior (BRASIL, 2002).

A Lei de nº10.558/2002 criada durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso para que tivesse a finalidade de criar estratégias e essas fossem implementadas de forma que os grupos menos favorecidos historicamente viessem a ter acesso ao ensino superior, no entanto é garantido o direito deles a terem acesso (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2002).

Em 2003, a Lei 10.639² que tem como um dos seus objetivos garantir o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio, dando base na abordagem da graduação. Para isso ser possível, torna-se necessário alterar também o currículo de ensino, nos cursos de Licenciatura para que assim, os futuros professores possam estar aptos a promover uma educação etnicorracial, valorizando as diversas matrizes existente no país.

Em setembro de 2016 de acordo com o Diário Oficial da União, já na Presidência da República, o Michel Temer, no sentido contrário as conquistas democráticas e populares dos movimentos sociais assinam uma Medida Provisória, de N°746, que altera o Ensino Médio, de acordo com a justificativa do veto parcial em alguns incisos da lei, alega que os mesmos estariam infringindo a Constituição Federal de 1988, que seria necessário o ensino da cultura local, da economia e das características regionais. Com o ensino da Cultura Africana e afro brasileira, o currículo não estaria atendendo essas especificidades da Constituição de 88. (Diário Oficial da União Republica Federativa do Brasil-Imprensa Nacional 2016, p. 1).

² **LEI Nº 11.645, DE 10 março DE 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Nesse sentido procurou desfazer os incisos em vigor, aprovados no governo anterior do Presidente Luís Inácio Lula Da Silva. Os incisos desfeitos com a aprovação do então presidente da república são:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)" (BRASIL, 2003)

E os incisos que foram decretados, de acordo com a medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016:

“Art. 26

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil, observado, na educação infantil, o disposto no art. 31, no ensino fundamental, o disposto no art. 32, e no ensino médio, o disposto no art.36.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno” (BRASIL, 2016).

Segundo Caldart (2008). As escolas/classes multisseriadas são uma forma de organização escolar em que alunos de diferentes idades e tempo ou níveis de escolarização (o que conhecemos por série) ocupam uma mesma sala de aula sob a responsabilidade de um mesmo professor. Presentes no campo, as escolas/classes multisseriadas são frutos de um período histórico que nos remete à Brasil colônia, com as professoras leigas ambulantes que davam aulas aos filhos dos donos das terras e por consequência aos filhos dos seus trabalhadores, após a expulsão dos jesuítas do país em 1759.

Os princípios fundamentais para a formação de professores que atuam em escolas/classes multisseriadas do campo, a nosso ver, precisam articular-se

com a Educação do Campo, compreendendo-a como acúmulo da luta dos trabalhadores do campo, que percebem a importância e a necessidade de ampliá-la para além do acesso à terra, entendendo que são necessárias mudanças mais radicais na estrutura da sociedade. A educação vai sendo incorporada, gradativamente, como fundamental nesse processo. Coloca-se na agenda nacional o campo brasileiro em seus diferentes aspectos, com ênfase na educação e na discussão de um projeto de sociedade, denunciando a precariedade das escolas do campo e a necessidade de formação para os professores que atuam nas mesmas (CALDART, 2008; MOLINA, 2009).

Destacamos alguns princípios que são essenciais de serem considerados ao tratarmos da especificidade das escolas/classes multisseriadas do campo, a partir da contribuição e acúmulo da Educação do Campo. A ordem em que apresentamos no texto não foi aleatória, embora também não signifique um grau de importância, estando mais vinculada com uma articulação entre os termos apresentados (JANATAI; ANHAI, 2015, p. 10).

O primeiro dos princípios diz respeito à própria função da escola, que é possibilitar o acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados, o que denominamos como universais. Entretanto, a Educação do Campo reforça a necessidade da articulação da escola com a vida, outro princípio, o que traz a importância dos conhecimentos da experiência cotidiana, como essenciais para pensar as relações e contradições da produção da vida humana. (JANATAI; ANHAI, 2015, p. 10).

Freitas (2010) ao abordar a relação da escola com a vida afirma que o campo tem sua singularidade, assim a escola precisa se conectar com essa vida, para que desde as contradições e os conteúdos da vida presentes nela, possibilite o acesso à produção cultural mais universal. Assim, ao mesmo tempo em que não se abre mão dos conteúdos clássicos nos termos de Saviani (1996), também se propõe a necessária conexão do trabalho pedagógico com as experiências que as crianças e jovens do campo enfrentam para produzirem suas vidas. Em síntese, o principal fundamento do trabalho pedagógico é a materialidade da vida dos educandos, possibilitando que os mesmos se apropriem dos conhecimentos, num processo que se faz colado com sua vida e não apartado da realidade.

Para Azevedo e Queiroz (2010) o ensino formal nas escolas das áreas rurais começou a existir nos fins do II Império. Sendo implantado de forma mais abrangente nas primeiras décadas do século XX e explica que:

O seu desenvolvimento através da história reflete de certo modo as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país. Foi nesse cenário que a educação rural consolidou-se, baseada no modelo unidocente ou de classes multisseriadas,

sem quaisquer orientações político-pedagógicas curriculares para esse modelo organizativo (AZEVEDO; QUEIROZ, 2010, p. 62).

A perspectiva do ensino mútuo, também conhecida como Método Lancasteriano, segundo as autoras Azevedo e Queiroz (2010), nos remete a pensar o ato pedagógico das salas multisseriadas. Pois, os educadores de classe multisseriada não busca trabalhar as diferentes séries isoladamente, consideram principalmente os níveis de aprendizagem de cada um dos educados, buscando dos mesmos a participação ativa dos alunos na mediação do ensino. Acredita-se ser esta a perspectiva mais adequada na organização do tempo e espaço numa turma multisseriada, apesar de que o currículo urbanocêntrico – extensão das escolas urbanas para as áreas rurais – não permite que muitos professores do campo pensem a partir dessa proposta.

O Método Intuitivo chegou ao seu ápice no Brasil no período republicano, representando a renovação pedagógica dessa época, simbolizando a modernização do ensino brasileiro, ganhando bastante espaço, em São Paulo, principalmente nas iniciativas particulares, devido à grande divulgação em jornais da época, que informavam sobre “as inovações educacionais que ocorriam nos Estados Unidos e países europeus” sucedidas naquela época (RODRIGUES, 2009, p. 66).

É impressionante observar como o professor e o ensino nas áreas rurais nunca foram incluídos nos processos desenvolvimentistas do país, como agora já existiam, imagine as turmas multisseriadas.

A Constituição em 10 de novembro de 1937 tira do Estado o dever da educação. Mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, atribuindo uma maior responsabilidade à família. A decisão de alfabetizar o maior número possível da população brasileira, provinha do estilo populista, iniciando, assim, ações intervencionistas de atenção às massas. Nesse sentido, ganha força a mobilização pela ruralização do ensino e é criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural (RAMALHO, 2008, p. 38).

A Constituição de 1946 tornou obrigatória a escolarização primária e com base nos ideais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, passou à União a responsabilidade de legislar e cumprir as diretrizes da educação do país. Sobre isso, Ramalho aponta que:

[...] transfere à empresa privada, inclusive as agrícolas, a responsabilidade pelo custeio desse incremento. No seu artigo 168 previa que as empresas industriais, comerciais e agrícolas em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e para os filhos destes. Contudo, no inciso IV do mesmo artigo, contrariando o que

fora aprovado anteriormente, exclui desta obrigatoriedade as empresas agrícolas, o que denota o desinteresse do Estado pela aprendizagem rural (RAMALHO, 2008, p. 39).

Essa situação demonstra que a posse da terra sempre foi um dos motivos que colocaram o campo em segundo plano na sociedade brasileira, reforçando a ideia de que o grande vilão do campo sempre foi o agronegócio, mesmo com características diferenciadas dos anos passados.

As escolas multisseriadas foram, historicamente, secundarizadas no âmbito da educação pública destinada ao meio rural brasileiro, condicionadas ao uso das sobras dos recursos pedagógicos e infraestrutura das escolas públicas da cidade. O que é bom e novo fica na escola urbana, o que não tem mais utilidade é enviado para a zona rural. Situação semelhante acontece com os docentes e gestores que, em geral, só aceitam trabalhar no campo quando lhes falta oportunidade na cidade. Em geral, são trabalhadores contratados temporariamente implicando na alta rotatividade e descontinuidade dos projetos (TEIXEIRA e LIMA, 2012, p. 150).

De acordo com o portal do Mec, a Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

SEÇÃO IV- ANÁLISE DOS DADOS

A organização da presente pesquisa busca atender aos critérios científicos quando se pensa em pesquisa teórica articulada com pesquisa de campo. Nessa Seção, em especial, foi realizada a análise de dados obtidos nas entrevistas com os discentes quilombolas tendo como base os referenciais teóricos necessários. Esses alunos serão identificados com nomes fictícios na tabela de identificação de acordo com o que foi acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, o mesmo está anexado no final desta pesquisa.

A aplicação do questionário teve como objetivo colher dados como sexo, autoclassificação racial, curso e etc.; também analisar como se dá a permanência desses alunos na Universidade, como eles conseguem superar as dificuldades existentes nesse período, se sofreram algum tipo de discriminação e como eles resolveram tal situação. Além disso, com o questionário podemos ter uma visão mais ampla das questões nas quais esses sujeitos estão inseridos.

Ainda em função da natureza da pesquisa, a produção e o tratamento da informação foram feitas através da Análise de Conteúdo. Esta técnica consiste na construção de uma “Unitarização” (MORAES, 1999, p. 4) de informação que surgem a partir da divisão dos temas centrais em unidades de conteúdo ou subtemas definidos a partir da (re)incidência observável no discurso (falas) dos sujeitos entrevistados. Os dados serão analisados através de uma ótica baseada na literatura produzida sobre o tema presente na seção acerca da fundamentação teórica.

A entrevista foi realizada com seis discentes de cursos, semestres e anos diversificados, essa escolha levou em consideração o olhar que cada um teria em relação a formação e as dificuldades enfrentadas nos períodos de formação. Inicialmente planejei as entrevistas com dois alunos de cada semestre, com a dificuldade em conseguir o contato direto com eles e a aceitação dos mesmos para a entrevista, contudo realizei os procedimentos com apenas seis, abaixo podemos visualizar o perfil dos participantes da presente pesquisa.

QUADRO 1: PERFIL DOS PARTICIPANTES

| NOME S | IDADE | SEXO | CURSO e ANO | COMUNIDADE | MUNICÍPIO |
|---------------|--------------|-------------|---------------------|--|------------------|
| Janna | 27 anos | F | Ed. Física – 2017.1 | Comunidade de Remanescente Quilombola São Pedro. | CASTANHAL |
| Dalila | 23 anos | F | Ling. Portuguesa – | Comunidade de Remanescente | INHANGAPI |

| | | | | | |
|--------|---------|---|--------------------------------|--|----------------|
| | | | 2013.1 | Quilombola Itaboca. | |
| Nala | 24 anos | F | Ed. Física – 2016.2 | Comunidade de Remanescente Quilombola Itaboca. | INHANGAPI |
| Kiara | 24 anos | F | Pedagogia – 2014.1 | Comunidade de Remanescente Quilombola São Pedro. | CASTANHAL |
| Simba | 25 anos | M | Sistema de Informação – 2016.2 | Comunidade de Remanescente Quilombola Tucumandeuá. | BARCARENA |
| Mohatu | 23 anos | M | Ed. Física – 2017.1 | Comunidade de Remanescente Quilombola Benevides. | AURORA DO PARÁ |

FONTE: Pesquisa de campo, AMORAS, 2018.

Com isso pude dialogar e perceber que permanecer na graduação não é fácil para quem mora na cidade, e é mais difícil ainda para quem mora distante e em Comunidades Tradicionais Quilombolas. A importância dessa pesquisa tem um papel fundamental no meio acadêmico, pois através dela podemos perceber as reais dificuldades e necessidades dos alunos remanescentes quilombolas e através disso possamos ter um olhar diferenciado para a questão étnico racial e tentarmos superar as desigualdades sociais, principalmente no que for relacionado aos alunos quilombolas que estão tendo acesso ao nível superior por meio do Processo Seletivo Especial Quilombola.

Após a pesquisa pode-se dar início a análises dos dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas. Para início das considerações podemos apresentar os sujeitos entrevistados relacionando-os às comunidades de onde são oriundos

De acordo com o primeiro quadro, podemos notar que a Comunidade de Remanescente Quilombola Itaboca, que fica localizada no município de Inhangapi no Estado do Pará e a Comunidade de Remanescente Quilombola São Pedro localizado no município de Castanhal no Estado do Pará, possuem dois alunos de cada matriculados na UFPA, com isso é possível afirmar que não são a maioria, existem muitos outros alunos quilombolas matriculados na instituição os quais eu não tive a oportunidade de entrevistar por conta da entrevista ter sido realizada em período de recesso de algumas faculdade ou até mesmo porque alguns alunos se recusaram de participar da entrevista.

Um dos fatores que podemos levar em consideração ao acesso que esses alunos têm, é também por meio do Programa Universidade no Quilombo e por haver pessoas dessas comunidades já matriculadas no Campus, vale ressaltar que existe um projeto de redação formado por alunos e professores da Uepa de Belém que atuam de forma voluntária que vão

até esses locais aos fins de semana para darem aula de redação, causando um número maior de aprovados no PSE Quilombola.

Com o projeto intitulado: “Quilombola na Universidade: Apoio ao Processo Seletivo Especial Quilombola”, desde 2012 quando se deu início ao processo seletivo especial, que reserva duas vagas em cada curso para quilombolas e indígenas, o Programa Universidade no Quilombo, da UFPA - Castanhal, o qual tem bolsistas para acompanhar o processo, se tornou referência na região nordeste do Estado do Pará, em torno dos debates sobre o tema, nas divulgações das informações e interpretações do edital, nas orientações, além de ter sua sala como local de referência para preenchimento de fichas de inscrições dos candidatos que não tem acesso direto à internet, durante o período do processo seletivo especial quilombola. (AMARAL, 2012).

O “Cursinho Quilombola”, da UEPA, teve como idealizadores a Professora especialista em educação para as relações étnico-raciais Marcia Elayne A. Trindade, e o Professor Aiala Colares, atualmente Coordenador do curso de geografia da UEPA; o professor tinha desejo de desenvolver um trabalho na comunidade Quilombola de Pitimandeuá, comunidade essa na qual o mesmo nasceu.

No ano de 2017 foi criado o cursinho que atende as comunidades, com o intuito de dar suporte aos alunos no Pse Quilombola, nas etapas de redação e na entrevista. Fazem parte desse cursinho alunos da Comunidade de Remanescente Quilombola Pitimandeuá, Itaboca, São Pedro e Canta Galo localizadas nos municípios de Inhangapi e Castanhal. No ano de 2017, tiveram sete aprovados e no ano de 2018 foram 10. As aulas acontecem aos sábados, e os alunos contam com a contribuição de 2 professores de língua portuguesa, um de geografia e uma pedagoga (Relatos da Professora Elayne Trindade, 2018) pois não existe um projeto escrito para comprovar a existência deste cursinho.

Ainda no “Quadro 1”, foi realizada a identificação de cada participante (só nome fictício e comunidade), onde darei início nas análises das perguntas que foram elaboradas e a visão de cada um sobre suas dificuldades e necessidades, foram um total de sete perguntas e este roteiro de entrevista está anexada no final deste trabalho.

Das perguntas elaboradas uma se referia ao sexo e a outra a cor/raça do aluno. Podemos perceber que a maioria dos entrevistados foram do sexo feminino (4 dos 6 entrevistados),

A respeito da cor/raça ainda se identificam como pardos. Em conversa com a Nala, a mesma relatou que:

Nala: “Antes dos bolsistas do [Programa] Universidade no Quilombo começarem a ir na comunidade e também antes de eu começar a estudar na UFPA, eu não me via como negra e nem me aceitava como quilombola. Hoje eu quero o melhor pra minha comunidade, estou pensando em como fazer pra levar outros professores pra lá, as crianças gostam, e assim eu posso contribuir mais com a comunidade”.

A discente em seu relato demonstra o quanto não se reconhecia como quilombola e nem como negra, o que para muitas pessoas é normal se auto identificar como “parda, negra, branca e etc”, para essa aluna era algo difícil. De acordo com Guimaraes (2011, p. 1), o reconhecimento por meio da “*raça*” enquanto classificador social, se refere como uma estratégia política para incluir as pessoas e não excluir, com o direito de reivindicar direitos ao invés de se sujeitar. A partir disso, Nala pode então se sentir mais confiante em se identificar como negra e quilombola, e a partir desse reconhecimento ela sente-se motivada a levar mais informações e contribuir com o conhecimento dos moradores da sua comunidade.

Com base nessa fala e com a Tabela 2, pode-se notar que existe na Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, alunos ingresso pelo PSE Quilombola que se classificam como negros, pardos e pretos, foi uma pergunta que ficou em aberto para que eles pudessem decidir a melhor forma que os descrevessem.

QUADRO 2: Sexo- Cor/Raça.

| SEXO | COR/RAÇA | | |
|-----------|----------|-------|-------|
| | NEGRO | PARDA | PRETO |
| FEMININO | | X | |
| FEMININO | X | | |
| FEMININO | X | | |
| FEMININO | | | X |
| MASCULINO | | | X |
| MASCULINO | | X | |

FONTE: Trabalho de Campo, AMORAS, 2018.

A maior parte dos entrevistados são do sexo feminino (4 dos 6 entrevistados). Em alguns casos é possível perceber que as entrevistadas mulheres apresentam maior facilidade em descrever suas percepções, aflições e perspectivas frente sua entrada e permanência na Universidade, embora não seja possível identificar os motivos pelos quais esse comportamento ocorre.

Sobre o que vimos na tabela cima, vale apenas conferir o que Munanga (2008) nos informa:

“Apesar da inexistência das raças puras como nos ensinam a genética humana e a biologia molecular, nós não podemos deixar de observar que as diferenças fenotípicas baseadas nas características morfológicas e na cor da pele são reais e são elas que justamente constituem, no caso da população negra, os germes a partir dos quais são construídos o preconceito racial e o racismo”. (MUNANGA, 2008, p. 6).

Busca-se saber também como os alunos quilombolas se sentiram quando passaram a frequentar a Universidade como discentes e não mais como visitantes, e como estes alunos avaliavam essa nova experiência, saindo de sua zona de conforto para uma nova realidade e com pessoas de diversas cidades e culturas. Quando perguntada “Como você se sentiu quando passou a frequentar a Universidade como discente?”. Uma dos entrevistados afirma que:

Janna: “Eu me sinto vitoriosa, porque não é fácil pra nós enquanto moradores de comunidade quilombola esta em uma universidade pública cursando educação física que sempre foi meu sonho, e inexplicável a sensação que sinto como se tivesse realizando também o sonho dos meus avós que sofreram tanto e não tiveram a oportunidade que estou tendo de estudar e da uma vida melhor aos meus pais”.

Pode-se observar por meio das respostas que sem dúvida alguma, as conquistas por meio do PSE Quilombola, se tornaram nítidas por meio da felicidade ao relatar as oportunidades que esses alunos estão tendo em poder adentrar na Universidade Federal do Pará, e por meio dessas políticas de ações afirmativas que apesar de estar a passos lentos, tenta-se caminhar para o fim das desigualdades sociais. Para a maioria dos que participaram do PSE, passar no vestibular é a realização pessoal, motivo de alegria e até mesmo a saída da zona de conforto para uma nova realidade, mesmo que essa seja uma realidade que os alunos possam enfrentar dificuldades, se pode perceber por meio das respostas a felicidade que é ter uma vaga conquistada por meio do PSE Quilombola.

Dalila: “Meu ingresso na Universidade foi algo de suma importância para mim, pois além de novos conhecimentos acerca da língua, surgiram novas percepções sobre método de ensino”.

Nala: “Foi um privilégio frequentar a faculdade e um grande sonho a ser realizado. Pois muitos queriam esta cursando e não conseguem e ao surgir essa oportunidade diretamente para indígena e quilombola foi um grande presente para nós”.

Kiara: “Me senti muito feliz, pois era um sonho que estava se tornando realidade, era a concretização de uma realidade que parecia distante, pois eu

já havia tentado no ano anterior referente ao ano no qual ingressei na faculdade, porém não obtive sucesso. Sendo assim passei a frequentar o cursinho, e em 2014 tornei-me graduanda da UFPA”.

Simba: “Foi algo incrível, conhecer coisas fora da minha zona de conforto”.

O Processo Seletivo Especial Quilombola, fez com que os novos alunos oriundos de comunidade remanescente quilombola pudessem voltar a “sonhar” com uma vaga na universidade pública, como relata Mohatu em sua resposta:

Mohatu: “Me senti realizado, muito feliz, por que a universidade até um tempo atrás parecia até impossível, uma coisa desacreditada por muitos em minha comunidade, parecia ser “impossível” entrar na universidade”.

A partir daí podemos perceber que o PSE Quilombola veio para contribuir na realização de projetos ou sonhos de alguns estudantes, que apesar de ser reservada duas vagas em cada curso, aqueles conseguem a aprovação se sentem realizados, mesmo sem saber como será o percurso dentro da Universidade, a felicidade é muito maior apesar do que o fato de surgir dificuldades no decorrer do curso.

A percepção de que o PSE corresponde à correção de uma deficiência no processo educativo demonstra ser fundante na forma como os discentes se percebem na Universidade. Os entrevistados, de modo geral, reconhecem, nas ações afirmativas, uma correção de processos históricos excludentes. Dessa forma, os entrevistados demonstram estar em consonância com o pensamento de Severino (2002) quando afirma que:

O futuro da sociedade brasileira está na dependência da sua transformação em uma sociedade menos excludente. E nesse processo, a educação, diretamente vinculada à produção econômica e à dinâmica política, terá papel relevante no compromisso de responder aos desafios da alta modernidade (SEVERINO, 2002. p. 121).

Nesse sentido a Universidade acena como um campo de realização pessoal que, ao mesmo tempo, é crucial na melhor compreensão de mundo e também é responsável por melhorar as condições educacionais das comunidades de onde os candidatos são oriundos.

Nessa questão deixei em aberto as opções a serem marcadas e caso fosse necessário descrevessem as dificuldades, os mesmos teriam enfrentado para continuar estudando e como fizeram para superar. Observei que opções expostas no questionário as que se destacaram foram “financeiro e transporte”, e financeiro foi o maior empecilho do percurso estudantil desses alunos quilombolas.

O transporte, e o descolamento de modo geral, ainda são apontados como elementos que dificultam os estudos por parte de estudantes quilombolas universitários da UFPA Castanhal. Mesmo assim, os discentes entrevistados não permitem que a dificuldade de locomoção obstrua o andamento do curso.

É importante perceber os apontamentos realizados pelos entrevistados, visto que, de modo geral, os mesmos compreendem sua identidade como uma questão central de sua compreensão das relações com o mundo. Essa colocação não deve dar margem para a interpretação de que os demais indivíduos não o façam, mas a consciência da importância da identidade e da cultura demonstra especial destaque na vida dos discentes advindo de comunidades quilombolas.

Centrando as considerações acerca das dificuldades enfrentadas o tema “racismo” acena como um tema central. Pode-se compreender que essa questão ocupa centralidade no debate sobre as dificuldades enfrentadas na formação acadêmica dos alunos advindos de comunidades quilombolas.

Entre os entrevistados encontra-se “Mohatu”, de 23 anos de idade, que quando perguntada se já havia sofrido racismo respondeu que:

Mohatu: “Sim, em uma aula a professora fez uma pergunta eu respondi errado e isso foi motivo para um aluno me chamar de burro dizendo, “ele é do mato” é do interior, é quilombola, me senti mal, pensei em desistir mas fiz diferente, fui pra casa estudar e na aula seguinte mostrei que havia estudado e respondi tudo certinho. Ocorre muitas situações que pra eles são “brincadeiras” mas que dentro de mim fico triste.”

Embora a discente tenha afirmado que os comentários que recebeu são, para seus colegas” uma “brincadeira”, para ela, há a percepção de uma visão discriminatória por parte dos seus colegas. Esta visão causa efeito negativo no que diz respeito ao sentimento de aceitação e pertencimento da mesma.

Dando seguimento a essa questão, é interessante destacar que, curiosamente, “Janna”, uma das entrevistadas, afirma que a discriminação que sofre relaciona-se ao fato de não apresentar traços físicos mais característicos da comunidade onde pertence. No entanto, a entrevistada não reconhece que a identidade quilombola seja restrita à aspectos físicos, mas sim, vê sua identidade como resultado de um processo histórico e cultural. A entrevistada coloca que: “[...] pra mim é um orgulho em ter em minhas veias o sangue de pessoas guerreiras” (JANNA, 2018). Essa questão tem relação com a construção da identidade por

meio de um conhecimento que extrapola a realidade física imediata, mas sim, baseia-se na identidade de um povo através da sua tradição e cultura.

De modo geral, as entrevistas elaboradas e aplicadas aos alunos quilombolas para a realização deste trabalho demonstraram que as percepções dos discentes advindos de comunidades quilombolas são semelhantes. Todos os entrevistados percebem como avanço político e social as políticas afirmativas que os possibilitam adentrar e permanecer no ensino superior. Dessa forma há uma consonância entre as visões dos sujeitos entrevistados.

As dificuldades são muitas: poucos recursos financeiros, racismo, entre outros. No entanto, todas as dificuldades enfrentadas não são obstáculos insuperáveis no intuito de alcançar a formação acadêmica.

Contudo a importância de preservar a identidade desses quilombolas, mesmo que eles precisem se mudar de suas casas, como foi o caso de alguns entrevistados, não perderam o foco dos estudos e nem esqueceram de suas origens. Alguns relataram sobre levar outros projetos para as comunidades, contam suas trajetórias ainda que sofrida, porém preservam sua cultura e a memória de cada situação vivida e com isso buscam melhorar cada vez mais a vida das pessoas que vivem em suas comunidades de origem.

De acordo com o relato de alguns alunos das comunidades de Itaboca, que pleitearam uma vaga na UFPA, os mesmos ficaram sem estudar por um longo período e estão retornando os estudos novamente, com a oportunidade de ingressar no nível superior, cresceu também a esperança de poder ter um diploma. Muitos não chegaram a concluir pelo menos o 6º ano, por haver grande dificuldade para permanecerem na escola, muitos precisam parar, para poder contribuir com a renda familiar.

As escolas quilombolas precisam ter uma boa infraestrutura, água potável e de qualidade, merenda todos os dias de preferência que seja um lanche de acordo com o que a comunidade produz para sustentabilidade dos envolvidos; a qualificação dos professores é de grande importância e relevância, pois estes acabam atuando de forma “mais adequada” quando se tem formação e esta é voltada para a realidade dos alunos (SALCIDES, 2012).

Como essas escolas se localizam distante dos centros urbanos, em alguns casos se torna difícil o acesso de professores que moram nas cidades para se deslocarem até essas comunidades tradicionais quilombolas e os alunos de irem para as cidades estudar, quando chega o “inverno amazônico” este que por sua vez tem forte intensidade e duram seis meses na nossa região, algumas estradas que dão acesso às comunidades por não serem pavimentadas, com as chuvas frequentes tendem a entrar em erosão dificultando o acesso dos transportes que na maioria dos casos são ônibus que vão deixar e buscar alunos e professores (SALCIDES, 2012).

De acordo com Salcides (2012, p. 9), a educação pode até não resolver todos os problemas das comunidades tradicionais ou da sociedade em geral, como um todo, contudo é um dos caminhos a ser percorrido para a inclusão social e até mesmo do desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas da importância de ser pesquisado as “*Dificuldades De Quilombolas Aprovados No Processo Seletivo Especial Da UFPA Castanhal Em Permanecer/Concluir O Curso*”. Contudo foram muitas as barreiras enfrentadas, desde a escolha do tema até a realização da pesquisa, a partir do momento que precisei ir a campo encontrei obstáculos por conta de transportes, de tempo dos alunos para realizar a entrevista e até mesmo para que eles pudessem aceitar a participar da mesma recebi vários “nãos”, por conta dos discentes terem receio de ter sua identidade revelada, porém com muita conversa, pude ter a oportunidade de convencê-los.

Talvez para algumas pessoas essa temática pareça não interessar muito, até mesmo por desconhecem a existência do Processo Seletivo Especial Quilombola existente na UFPA. A partir desse processo fica mais evidente as dificuldades que esses alunos oriundos de comunidade de Remanescentes Quilombolas.

O trabalho aponta para realidades diferentes de um aluno para o outro, por habitarem em comunidades diferentes e até mesmo aqueles que moram em um lugar e mostrar a sua realidade de uma forma mais “evidente” que o outro, podendo haver então um espaço para uma futura pesquisa com bases neste trabalho, onde os dados possam ser comparados e possamos saber em se as políticas para permanência desses alunos avançaram ou regrediram.

Ao adentrar no universo da pesquisa fui percebendo que, apesar de complexo, o tema por si só já apontava como um grande desafio para os que seriam o foco da pesquisa e também para a pesquisadora, é um processo longo que requer paciência por parte daqueles que estão envolvidos em um processo de formação que chega a ter mais ou menos 5 anos de duração, já no caso desta pesquisa o tempo foi menor e em um curto prazo para realizar tantas abordagens.

O estudo que se realizou e evidenciou-se com base em conhecimento teóricos tornou-se necessário expor meios legais aos quais esses alunos têm direitos e deveres, como se deu o processo de criação das cotas.

Os dados colhidos durante a pesquisa revelam que ainda muito precisa ser feito para garantir a permanência desses alunos quilombolas até a conclusão do curso e especialmente nas entrevistas onde os alunos deixam claras as dificuldades enfrentadas no dia a dia, principalmente a questão do transporte. Precisam de políticas de permanência eficientes que possam colaborar para que isso de fato ocorra, até mesmo na formação de professores para

trilharem de forma mais inclusiva para que os alunos possam se sentir acolhidos em sala de aula.

O foco desta pesquisa se deu em analisar as dificuldades de quilombolas aprovados no processo seletivo especial da UFPA Castanhal em permanecer/concluir o curso, sendo uma das situações que eu enquanto aluna também tive, enfrentei dificuldades e apesar de morar próximo da Universidade e não precisar ter um gasto financeiro tão alto, precisei pesquisar e tentar encontrar soluções para interferir de forma positiva na vida desses quilombolas.

Ao elaborar o projeto que deu base para este trabalho, foi muito mais que uma simples pesquisa, quando se tem a oportunidade de cursar uma faculdade pública e conviver com pessoas que tem sonhos parecidos com o meu, que é ter um diploma de graduação no nível superior, se torna um esforço em poder contribuir com a sociedade por meio de dados e argumentos, sobre a necessidade executar as políticas públicas de forma que os alunos quilombolas possam ter um poder evitar e se possível punir atos de discriminações por meio de “brincadeiras” que ainda existem no Campus Universitário de Castanhal e fora dele também.

Espero com este trabalho, poder contribuir com novas discussões sobre o tema dentro e fora da Universidade, pois este busca mostrar o Processo Seletivo Especial Quilombola da UFPA, processo esse que tem dado a oportunidade de muitos alunos quilombolas acessarem à Universidade Federal do Pará, contribuindo para “os sonhos” dos mesmos; e apesar de tantas dificuldades em seu dia-a-dia não deixam de lutar pelos seus objetivos e com isso buscar meios para garantir além do acesso, contudo a permanência/conclusão de sua graduação e futuramente poder ter acesso a um mestrado e assim por diante.

Que as discussões a respeito da educação etnicorracial possa sempre estar presente seja na Universidade ou fora dela, nos espaços de atuação de cada pessoa envolvida no processo de construção educacional de cada cidadão, pois sabemos que desde as series iniciais devemos trabalhar com as crianças o respeito e a igualdade seja qual for o tema.

Concluo que muito além de permanecer/concluir, posso dizer que estes alunos quilombolas fazem parte de uma conquista geral de povos que por muito tempo tiveram direitos negados desde sua chegada ao Brasil, até os dias de hoje onde ainda existem comunidades as margens, podendo então afirmar que o fato de estarem cursando uma Universidade Publica já podem ser considerados vitoriosos, e que futuramente se abram mais vagas para que assim outras pessoas possam participar na construção de novas histórias e pesquisas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Assunção (organizador). **Quando a universidade vai ao quilombo: educação, relações raciais e étnicas no Pará**. Faculdade de Pedagogia: UFPA, Faculdade de Letras, Pará, v.1, n.1, 2016.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Apoio ao Processo Seletivo Especial Quilombola**. Campus Universitário de Castanhal- UFPA, 2014.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Programa Universidade no Quilombo: Exercício de responsabilidade, recriação e ressignificação do ambiente**. Campus Universitário de Castanhal- UFPA, 2011.

BAPTISTA, D. M. T. **O Debate Sobre o Uso de Técnicas Qualitativas e Quantitativas de Pesquisa**. In: MARTINELLI, M. L. (Org). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

BRASIL, Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humano, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação no Campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/208-591061196/18865-escola-da-terra-vai-oferecer-aperfeicoamento-a-professor>>. Acesso em: 13/01/2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 09, de 30 de junho de 2009**. Referencial comum ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf>. Acesso em: 12/01/2018.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de Setembro de 2016 - DOU DE 23/09/2016 - Edição Extra - Convertida em Lei**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/45/2016/746.htm>>. Acesso em: 27/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CEB nº 3/2002. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei Nº10639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei Nº9394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: 12/01/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº - 389, de 9 de Maio de 2013**. Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf>. Acesso em: 18/01/2018.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA; MDA, p. 67-86. 2008.

CUNHA, Debora Alfaia da. **Ludicidade africana e afro-brasileira**. Campus Universitário de Castanhal - UFPA, 2011.

DUARTE, Rosalia. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Caderno de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção**. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). Caminhos para Transformação da Escola: reflexão desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, p. 149-162. 2010.

GAMBOA, S. A. S. **Epistemologia da pesquisa em educação: estrutura lógica e tendências metodológicas**. São Paulo. 1987. 228f. tese (Doutorado em Educação). 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, 6º Ed. 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acessado em 13/04/2016.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade** (Série Cadernos do CEJ, v. 24). Efetiva Brasília: CJF, 272 p. 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Cadernos de campo**. São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.

JANATAI, Natacha Eugênia. ANHAI, Edson Marcos de. **Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. P. 176-216.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLINA, Monica C. **Educação Popular e Movimentos Sociais: tensões e desafios para a América Latina**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu. Anais.. Caxambu, 2009.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Por Que Ensinar a África na Escola Brasileira?** 6.30 de maio de 2008, Bahia. Disponível em: <<https://terreirodejaua.files.wordpress.com/2009/07/kabengele1.pdf>>. Acesso em: 05/03/2018.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20-31. 2015.

NETO, Jorge Megid. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental**. São Paulo. 1999. 114f. tese (Doutorado em educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP. 1999.

OLIVEIRA, E. **Novas Lutas – Os desafios dos quilombolas no Ensino Superior**. Diário Online, Belém. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br:82/especial/quilombolas/>>. Acessado em: 07/12/2017.

PROCESSO SELETIVO ESPECIAL – PSE 2018-1. Disponível em: <<http://ceps.ufpa.br/arquivos/pse/PSE%202018-1/editais%20avisos/EditalAberturaPSE2018-1.pdf>>. Acesso em: 18/01/2018.

SALCIDES, A. **Políticas Educacionais Para O Campo: Problematizando Processos De Exclusão No Sul Do Brasil**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/ArleteSalcides_res_int_GT1.pdf>. Acesso em: 13/01/2018.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação e Universidade: conhecimento e construção da cidadania**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 6, n. 10, p. 117-24, 2002.

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação Racial nas Escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 96. 2002.

SILVA, José Gonçalves. **A Implementação da Política de Cotas Raciais na UFPA/2008**. In. CAMPELO, Marcia Marilu; JESUS, Raimundo Jorge de; DEUS, Zélia Amador de (ORG), Entre Os Rios e as Florestas da Amazônia. Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento: subsídios para a Lei 10639/03. Belém: UFPA; GEAM, 2014.

TEIXEIRA, Rosiane do Carmo. LIMA, Silvana Lúcia da Silva. **A Multissérie Frente Aos Desafios Da Educação Do Campo**. Revista Eletrônica de Culturas e Educação, n. 6, v. 2, p. 149-158, Ano III, 2012.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**, Jomtien, 1990. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 25/05/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA. Edital N.º 2 – COPERPS, de 20 de Setembro de 2016. **2º Processo Seletivo Especial de 2016 – PSE 2016-2**. Belém, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf>. Acessado em 16/04/16.

Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/especial/quilombolas/5.php>. Acesso em 21 de agosto de 2017.

Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/castanhal>. Acesso em 27 de março de 2018.

Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Racismo.pdf>. Acesso em 27 de março de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE – A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Discente:

Vimos convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada *A Dificuldade de Permanência dos Remanescentes Quilombolas Egressos do Processo Seletivo Especial na Ufpa-Castanhal* que tem como objetivo analisar como se dá a permanência dos alunos quilombolas egressos na Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal via Processo Seletivo Especial Quilombola (PSE) entre os anos de 2013 e 2017.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos que responda ao Roteiro de entrevista em anexo, devolvendo em seguida para pesquisadora e que autorize a utilização desse material para a pesquisa. Esses procedimentos, a princípio, não trazem riscos ou desconfortos, uma vez que somente aborda temas referentes à sua formação. Informamos, também, que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa.

Sigilo absoluto. Os discentes terão suas identidades preservadas, apenas os envolvidos na pesquisa terão acesso aos questionários e somente os resultados de suas análises serão utilizados nesta pesquisa.

Qualquer informação adicional ou esclarecimentos acerca desta pesquisa poderão ser obtidos com os pesquisadores Lilian Kelly Oliveira Amoras (91-987112580) e Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral (91-981018666).

Eu, _____ considero-me informado(a) sobre a pesquisa e aceito participar da mesma, consentindo que a coleta de dados seja realizada por meio da aplicação de um roteiro de entrevista e que as respostas sejam utilizados para análises e discussões desta pesquisa.

Castanhal, ____/____/____.

Assinatura do Discente

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE – B: Questionário aplicado aos docentes

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ALUNOS QUILOMBOLAS**Dados**

1. Idade:

2. Sexo: () FEMININO

() MASCULINO

3. Cor/Raça: _____

4- Comunidade: _____

5- Curso: _____ ano: _____ 1º semestre () 2º semestre ()

6- Intensivo () Extensivo ()

7. Como você se sentiu quando passou a frequentar a Universidade como discente e como você avalia essa experiência?

8. Quais as principais dificuldades surgiram durante sua graduação?

Transporte (); Família (); Financeira(); Professores (); Laboratório de Informática();
Relação com a turma (); Relação com a faculdade(); outras, quais?

9. Como você lidou com elas para superá-las?

10. Houve situações em que, em sua sala de aula, a sua cor/raça gerou alguma situação de discriminação racial? Se sim, como agiu? Se não, como agiria se ocorresse?

11. Você se vê incluso nas metodologias de ensino utilizadas por seus professores?

12. Quais as contribuições você pretende levar para a sua comunidade e como faria?